

Uma vez estabelecido o novo governo, a primeira grande preocupação era a de apagar os símbolos e as instituições vinculados à monarquia. Sendo assim, instituições monárquicas, como o Gabinete Ministerial e o Conselho de Estado, foram abolidas, e os topônimos (nomes de lugares públicos) que tinham associação com a monarquia foram substituídos.

O novo regime também aboliu a Constituição de 1824, e os cargos administrativos foram ocupados por republicanos de diversas tendências. A ideia era claramente excluir a monarquia do imaginário da população e enfraquecê-la politicamente, uma vez que monarquistas não gozariam de nenhum envolvimento político com o novo regime.

Outras mudanças que aconteceram ao longo dos 15 meses do governo provisório foram a separação dos assuntos de Estado e da Igreja e a Grande Naturalização, a naturalização de todos os imigrantes que estavam no Brasil na época. Essa determinação foi instituída após o decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889.

Durante o governo provisório foi iniciada uma terrível crise econômica que afetou o país ao longo de toda a década de 1890 e ficou conhecida como Encilhamento. Essa crise foi resultado da reforma econômica e bancária promovida pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Nessa reforma, o ministro autorizou bancos privados a emitirem papel-moeda sem lastro. Isso gerou uma crise de especulação financeira gigantesca e resultou em alta inflacionária no país.

Os rumos políticos que o país tomou levaram à convocação de eleição para formar uma Assembleia Constituinte, a instituição responsável pela redação de uma nova constituição para o Brasil. Essa convocação saiu no dia 22 de junho de 1890, por meio do decreto nº 510. A eleição ficou marcada para 15 de setembro, e a posse dos eleitos da Constituinte aconteceu em 15 de novembro de 1890.

A CONSTITUIÇÃO DE 1891

A Constituição de 1891 foi promulgada no Brasil e teve orientação liberal, mas reforçou o caráter excludente das elites que governavam o país. Ela instituiu o federalismo, que deu poderes políticos às oligarquias e aos coronéis na Primeira República. A Constituição de 1891 foi inspirada em um “liberalismo essencialmente conservador”, excluiu uma parte considerável da população brasileira ao determinar que os analfabetos não tinham direito ao voto, e não abordou questões relativas aos direitos sociais. Os governantes da Primeira República demonstraram desinteresse nos direitos sociais, o que foi reforçado por declarações de presidentes como Washington Luís e Campos Sales. A primeira constituição republicana visava garantir os interesses das elites em detrimento dos interesses coletivos e restringiu o direito de participação

política a uma minoria do país.

De toda forma, algumas das principais determinações da Constituição de 1891 foram:

- Instituição do federalismo;
- Instituição do presidencialismo, sendo que o presidente teria direito a um mandato de quatro anos sem possibilidade de reeleger-se;
- Separação oficial entre Estado e Igreja;
- Garantia de algumas liberdades individuais, como a liberdade de reunião;
- Sufrágio universal masculino, embora existissem limitações já citadas;
- Estabelecimento de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O FIM DO GOVERNO DEODORO

O governo constitucional brasileiro iniciou em 1891 com a eleição indireta de Deodoro da Fonseca como presidente e Floriano Peixoto como vice-presidente. No entanto, o governo de Deodoro foi conturbado devido à sua tendência autoritária e à nomeação de “indenistas” para cargos governamentais. Esses indenistas eram antigos monarquistas que se converteram ao republicanismo depois da abolição da escravidão, o que os tornou impopulares entre os republicanos históricos. A impopularidade do governo de Deodoro levou a uma crise política, culminando no fechamento do Congresso Nacional por Deodoro em 3 de novembro de 1891.

A atitude autoritária de Deodoro levou a resistência civil, incluindo uma greve dos ferroviários da Central do Brasil e uma rebelião da Marinha. Temendo o início de uma guerra civil, Deodoro renunciou à presidência em 23 de novembro de 1891. Floriano Peixoto assumiu a presidência em um acordo realizado com os oligarcas paulistas.

ATIVIDADES

1. Qual foi a primeira grande preocupação do novo governo após a Proclamação da República?
 - a. Criar novas instituições republicanas.
 - b. Estabelecer a separação entre Estado e Igreja.

- c.** Excluir a monarquia do imaginário da população.
 - d.** Promover reformas econômicas e bancárias.
- 2.** O que foi a Grande Naturalização instituída após o decreto nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889?
 - a.** A naturalização de todos os imigrantes que estavam no Brasil na época.
 - b.** A criação de um novo sistema bancário.
 - c.** A reforma da Constituição de 1824.
 - d.** A abolição das instituições monárquicas.
- 3.** Qual foi o resultado da reforma econômica e bancária promovida pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, durante o governo provisório?
 - a.** A alta inflacionária no país.
 - b.** A criação de novos empregos e aumento da produção industrial.
 - c.** A melhoria do sistema educacional do país.
 - d.** A redução da carga tributária sobre a população.
- 4.** O que foi instituído pela Constituição de 1891?
 - a.** O direito de voto para todos os brasileiros, incluindo analfabetos.
 - b.** A instituição do comunismo como sistema político.
 - c.** A separação oficial entre Estado e Igreja.
 - d.** A extinção do federalismo.
- 5.** Qual foi a atitude autoritária de Deodoro da Fonseca que levou ao fechamento do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891?
 - a.** A nomeação de “indenistas” para cargos governamentais.
 - b.** A instituição do federalismo.
 - c.** A garantia de algumas liberdades individuais, como a liberdade de reunião.
 - d.** A convocação de eleições para formar uma Assembleia Constituinte.

**DOBRE A FOLHA AO MEIO →
E COLE ESTE LADO EM SEU CADERNO**